

estudos e pesquisas

Nº 99 – 10 de maio de 2021

Balanço das greves de 2020

Balanço das Greves de 2020

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apresenta, com este estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil em 2020, identificando as principais características desses movimentos.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as paralisações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 40 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

Principais indicadores das greves

Greves e horas paradas

Em 2020, o SAG-DIEESE registrou 649 greves (Tabela 1). Os trabalhadores da esfera privada promoveram um número de paralisações bem maior (417 registros) que os trabalhadores da esfera pública (231 registros).

Em relação à quantidade de horas paradas, que equivale à soma das horas de cada greve, também as mobilizações dos trabalhadores da esfera privada superaram aquelas da esfera pública, com uma diferença menor, no entanto: em termos proporcionais, 56% das horas paradas nas greves de 2020 corresponderam a paralisações na esfera privada e 44% corresponderam a paralisações na esfera pública.

TABELA 1
Greves e horas paradas
Brasil, 2020

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	231	35,6	8.587	44,1
<i>Funcionalismo Público</i>	192	29,6	7.172	36,8
<i>Empresas Estatais</i>	39	6,0	1.415	7,3
Esfera Privada	417	64,3	10.895	55,9
Esfera Pública e Privada ¹	1	0,2	4	0,0
TOTAL	649	100	19.486	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Duração

Em 2020, 58% das greves encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas (Tabela 2) e 9% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 2
Distribuição das greves por duração
Brasil, 2020

Dias de paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	376	57,9	57,9
2 a 5	176	27,1	85,1
6 a 10	39	6,0	91,1
11 a 20	30	4,6	95,7
21 a 30	16	2,5	98,2
31 a 40	5	0,8	98,9
41 a 50	2	0,3	99,2
51 a 60	3	0,5	99,7
61 a 70	1	0,2	99,8
71 a 80	1	0,2	100,0
TOTAL	649	100	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) dias corridos

Número de trabalhadores

Das 649 paralisações registradas, 114 continham informações sobre o número de grevistas envolvidos (o que corresponde a cerca de 18% do total). Dessas, 66% reuniram até 200 grevistas (Tabela 3). Paralisações com mais de 2 mil trabalhadores constituíram pouco mais de 5% dos protestos realizados.

TABELA 3
Greves por faixas de número de trabalhadores
Brasil, 2020

Nº de Trabalhadores	nº	%	% acum.
Até 200	75	65,8	65,8
201 – 500	18	15,8	81,6
501 - 1 mil	7	6,1	87,7
1.001 - 2 mil	8	7,0	94,7
2.001 - 5 mil	3	2,6	97,4
5.001 - 10 mil	1	0,9	98,2
Mais de 10 mil	2	1,8	100,0
TOTAL	114	100	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG).

Obs.: Consideradas só as 114 greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados

Greves de advertência

Greves de advertência são mobilizações que têm como estratégia o anúncio antecipado de seu tempo de duração – com a definição, na ocasião em que são deflagradas, do momento em que serão interrompidas. Em 2020, mais de um terço (36%) das greves foram movimentos de advertência e quase dois terços (62%), por tempo indeterminado (Tabela 4).

TABELA 4
Tática das greves
Brasil, 2020

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	233	35,9
Tempo indeterminado	405	62,4
Sem informação	11	1,7
Total	649	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Abrangência

No conjunto das paralisações, a proporção de movimentos organizados no âmbito de empresa ou de unidade foi preponderante (71%) em relação aos movimentos que abrangeram toda a categoria profissional (29%).

TABELA 5
Abrangência das greves
Brasil, 2020

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	191	29,4
Empresa/unidade ⁽¹⁾	458	70,6
Total	649	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que ocorrem no serviço público e que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Caráter das greves

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o caráter que apresenta. Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter *propositivo*. As greves denominadas *defensivas* são as que se caracterizam pela defesa de condições de trabalho vigentes; pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança; ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de *protesto*.

Em 2020, 89% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações, sendo que mais da metade (56%) referia-se a descumprimento de direitos e pouco menos da metade (48%), à manutenção de condições vigentes. Considerando-se também os 22% de greves propositivas, revela-se, no conjunto, uma pauta reivindicatória simples - em que há pouca sobreposição entre reivindicações diversas - e bastante defensiva.

TABELA 6
Caráter das greves
Brasil, 2020

Caráter	Greves (649)	
	nº	%
Propositivas	142	21,9
Defensivas	576	88,8
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	313	48,2
<i>Descumprimento de direitos</i>	367	56,5
Protesto	79	12,2
Solidariedade	3	0,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao pagamento de vencimentos em atraso (salário, férias e 13º) foram as mais frequentes (40%). Em seguida, presente em 22% das greves, está a exigência de reajuste nos salários e nos pisos salariais – e também, com a mesma participação percentual, as questões relacionadas à alimentação (Tabela 7).

Itens relacionados às condições de segurança e ao fornecimento Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ocuparam 16% da pauta grevista, em 2020. Destaques para reivindicações relacionadas à pandemia de Covid-19, como proteção contra a contaminação pelo novo coronavírus – fornecimento de álcool em gel, luvas e máscaras; remanejamento dos postos de trabalho para um maior distanciamento físico entre os trabalhadores; realização periódica de testagem que indique a circulação ou não do vírus no ambiente de trabalho.

TABELA 7
Principais reivindicações das greves
Brasil, 2020

Reivindicação	Greves (649)	
	nº	%
Atraso de salário, de férias, do 13º	261	40,2
Reajuste, piso salarial	145	22,3
Alimentação	131	20,1
Condições de segurança, EPIs	102	15,7
Condições de trabalho	78	12,0
Contratação, manutenção do emprego, contra demissões	57	8,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Das 649 greves registradas em 2020, apenas 239 (37%) continham informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dessas (88%), chegou-se a termo por meio da negociação direta e/ou mediada; em 29% houve algum tipo de envolvimento do poder Judiciário (Tabela 8).

TABELA 8
Formas de resolução dos conflitos
Brasil, 2020

Formas de resolução	Greves (239)	
	nº	%
Negociação	211	88,3
Intervenção/participação da Justiça ¹	69	28,9
<i>Decisão judicial</i>	51	21,3
<i>Acordo judicial</i>	12	5,0
<i>Sem informação</i>	24	10,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 239 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.

Resultados das greves

Das 207 greves (32% do total anual) sobre as quais foi possível obter informações a respeito do desfecho, 76% lograram algum êxito no atendimento às reivindicações (Tabela 9).

TABELA 9
Resultados das greves
Brasil, 2020

Resultado	Greves (207)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	157	75,8
<i>Integral</i>	59	28,5
<i>Parcial</i>	98	47,3
Rejeição das reivindicações	13	6,3
Prosseguimento das negociações	48	23,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 207 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado

Greves no funcionalismo público

Greves e horas paradas

Em 2020, o SAG-DIEESE registrou 192 greves nos três níveis administrativos do funcionalismo público (Tabela 10), que contabilizaram mais de 7 mil horas paradas. Os servidores municipais deflagraram 61% dessas paralisações, registrando proporção um pouco menor (57%) no total de horas paradas.

TABELA 10
Greves e horas paradas no funcionalismo público, por nível administrativo
Brasil, 2020

Nível administrativo	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	5	2,6	112	1,6
Estadual	68	35,4	2.957	41,2
Municipal	118	61,5	4.095	57,1
Multinível	1	0,5	8	0,1
TOTAL	192	100	7.172	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Duração

Em 2020, pouco mais da metade das greves (53%) realizadas pelo funcionalismo público encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas. Em sentido inverso, 12% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 11
Distribuição das greves no funcionalismo público
segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2020

Dias de paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	102	53,1	53,1
2 a 5	55	28,6	81,8
6 a 10	12	6,3	88,0
11 a 20	11	5,7	93,8
21 a 30	8	4,2	97,9
31 a 40	2	1,0	99,0
Mais de 41	2	1,0	100,0
TOTAL	192	100	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) dias corridos

Greves de advertência

Mais da metade das paralisações ocorridas no funcionalismo público foram mobilizações de advertência (59%). Greves por tempo indeterminado ocorreram em proporção menor (41%).

TABELA 12
Tática das greves do funcionalismo público
Brasil, 2020

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	113	58,9
Tempo indeterminado	79	41,1
Sem informação	0	0,0
Total	192	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Abrangência

No conjunto das paralisações do funcionalismo público, o percentual de movimentos organizados no âmbito de categoria foi de quase três quartos (74%).

TABELA 13
Abrangência das greves do funcionalismo público
Brasil, 2020

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	143	74,5
Empresa/unidade ¹	49	25,5
Total	192	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Caráter das greves

No funcionalismo público, 79% das greves incluíram itens de caráter defensivo em sua pauta. Ainda assim, itens propositivos foram frequentes (45%) – além da considerável presença (30%) de itens de protesto – o que indica uma pauta de reivindicações que, mesmo predominantemente defensiva, é mais complexa, combinando diferentes tipos de demandas.

TABELA 14
Caráter das greves no funcionalismo público
Brasil, 2020

Caráter	Greves (192)	
	nº	%
Propositivas	86	44,8
Defensivas	152	79,2
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	108	56,3
<i>Descumprimento de direitos</i>	68	35,4
Protesto	58	30,2
Solidariedade	1	0,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao reajuste dos salários e dos pisos salariais ocuparam quase metade da pauta das greves do funcionalismo público (48%), muitas delas relacionadas ao descumprimento de datas-bases e de pisos legais (especialmente entre os professores).

Em seguida, com quase um terço de participação (31%), estão as reivindicações que mencionam exigências de melhoria das condições e do local de trabalho (presentes em quase todas as greves do funcionalismo público), além do fornecimento adequado de ferramentas

e insumos (nesse caso, uma exigência característica das mobilizações dos servidores das pastas de Saúde).

Demandas relacionadas à implementação, alteração ou cumprimento de Planos de Cargos e Salários (PCS) ocuparam um quarto da pauta (25%). A reivindicação pela implementação de medidas de prevenção à contaminação pelo novo coronavírus esteve presente em 17% das greves dos servidores públicos.

TABELA 15
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público
Brasil, 2020

Reivindicação	Greves (192)	
	nº	%
Reajuste, piso salarial	92	47,9
Condições e local de trabalho, ferramentas e insumos	56	29,2
Plano de Cargos e Salários, promoção	49	25,5
Condições de segurança, EPIs, acompanhamento de doenças	33	17,2
Atraso de salário, 13º	32	16,7
Realização de concursos	26	13,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Das 192 paralisações deflagradas por servidores públicos, apenas 46 (24%) registraram informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos (Tabela 16). Dessas, na maioria dos casos (74%), a solução se deu no processo de negociação direta e/ou mediada; em 33%, houve envolvimento da Justiça.

TABELA 16
Formas de resolução dos conflitos nas greves do funcionalismo público
Brasil, 2020

Formas de resolução	Greves (46)	
	nº	%
Negociação	34	73,9
Intervenção/participação da Justiça ¹	15	32,6
<i>Decisão judicial</i>	14	30,4
<i>Acordo judicial</i>	0	0,0
<i>Sem informação</i>	2	4,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 46 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Das 42 greves sobre as quais se obteve informações a respeito de desfecho (22% do total do funcionalismo público), 67% tiveram algum êxito no atendimento às suas reivindicações.

TABELA 17
Resultados das greves no funcionalismo público
Brasil, 2020

Resultado	Greves (42)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	28	66,7
<i>Integral</i>	7	16,7
<i>Parcial</i>	21	50,0
Rejeição das reivindicações	7	16,7
Prosseguimento das negociações	11	26,2

Fonte: DIEESE -. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 42 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

Análises setoriais das greves no funcionalismo público

Funcionalismo público federal

Em 2020, das cinco greves cadastradas no funcionalismo público federal, três foram deflagradas por servidores da Educação e duas por servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As três greves na Educação realizaram-se como *protestos políticos* contra o governo federal, que se recusava a referendar como reitores os nomes escolhidos em consultas internas realizadas nas instituições. As duas greves dos funcionários do INSS, classificadas em *manutenção de condições vigentes*, denunciavam o excesso de trabalho e a insegurança sanitária durante o exercício das atividades (Tabelas 18 e 19).

TABELA 18
Caráter das greves do funcionalismo público federal
Brasil, 2020

Caráter	Greves (5)	
	nº	%
Propositivas	0	0
Defensivas	2	40
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	2	40
<i>Descumprimento de direitos</i>	0	0
Protesto	3	60
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

TABELA 19
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público federal
Brasil, 2020

Reivindicação	Greves (5)	
	nº	%
Protesto contra o governo	3	60
Condições de trabalho, condições de segurança	1	20
Realização de concurso, efetivação de aprovados	1	20

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público estadual

Das 68 greves observadas entre os servidores públicos estaduais, seis foram deflagradas por servidores de fundações e institutos; dez, por servidores da Saúde; 12, por servidores da Educação; 15, por servidores de outras secretarias (ou de várias secretarias em conjunto); e 24, por servidores da Segurança Pública. Uma greve paralisou um dos judiciários estaduais.

Em 75% dessas paralisações, havia ao menos um item reivindicatório de caráter defensivo (Tabela 20). Mas a pauta do funcionalismo público estadual, de caráter complexo, contém também 56% de itens propositivos e 44% de itens de protesto.

TABELA 20
Caráter das greves no funcionalismo público estadual
Brasil, 2020

Caráter	Greves (68)	
	nº	%
Propositivas	38	55,9
Defensivas	51	75,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	41	60,3
<i>Descumprimento de direitos</i>	14	20,6
Protesto	30	44,1
Solidariedade	1	1,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Mais da metade das greves dos servidores estaduais incluiu em sua pauta de reivindicações o reajuste dos salários e dos pisos (51%). Itens relacionados a condições, local e ferramentas de trabalho estiveram presentes em quase um terço (31%) das mobilizações (Tabela 21).

A demanda pela realização de concurso público para contratação de servidores públicos – que se combina com o repúdio à contratação de empresas terceirizadas para completar o quadro funcional – ocupa pouco mais de um quarto da pauta (26%). Essa mesma participação de 26% abriga também o protesto por mais investimentos nos serviços públicos.

Com participação ainda ao redor de um quarto da pauta, está a exigência da implantação de medidas de controle contra a contaminação pelo novo coronavírus (23%).

TABELA 21
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público estadual
Brasil, 2020

Reivindicação	Greves (68)	
	nº	%
Reajuste, piso salarial	35	51,5
Condições e local de trabalho, ferramentas e insumos	21	30,9
Realização de concurso, contra a terceirização	18	26,5
Investimentos nos serviços públicos	18	26,5
Condições de segurança, EPIs, acompanhamento de doenças	16	23,5
Contra a reforma da Previdência	13	19,1
Manutenção das gratificações	9	13,2
Plano de Cargos e Salários	9	13,2
Atraso de salários, de férias, do 13º	7	10,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público municipal

Das 118 greves registradas entre os servidores públicos municipais em 2020, cinco foram deflagradas por servidores da Segurança Pública; 32, por servidores da Saúde; 40, por servidores da Educação; e 41, por servidores de outras secretarias (ou, conjuntamente, por servidores de mais de uma secretaria).

A pauta dos servidores municipais (Tabela 22) é complexa, bastante defensiva (84%) e, ao mesmo tempo, consideravelmente propositiva (41%).

TABELA 22
Caráter das greves no funcionalismo público municipal
Brasil, 2020

Caráter	Greves (118)	
	nº	%
Propositivas	48	40,7
Defensivas	99	83,9
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	65	55,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	54	45,8
Protesto	24	20,3
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Quase metade das greves realizadas pelos servidores municipais (48%) apresenta reivindicações relacionadas ao reajuste dos salários e dos pisos salariais. Pouco menos de um terço (32%) demanda a implantação, a modificação ou o cumprimento do Plano de Cargos e Salários. A melhoria nas condições, no local e nas ferramentas de trabalho esteve presente em 29% das greves; e a regularização de vencimentos em atraso (salários, férias, 13º), em exatamente um quarto das mobilizações (Tabela 23).

TABELA 23
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público municipal
Brasil, 2020

Reivindicação	Greves (118)	
	nº	%
Reajuste, piso salarial	57	48,3
Plano de Cargos e Salários, promoção	38	32,2
Condições e local de trabalho, ferramentas e insumos	34	28,8
Atraso de salários, de férias, do 13º	29	24,6
Investimentos nos serviços públicos	19	16,1
Condições de segurança, EPIS	16	13,6

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves nas empresas estatais

Greves e horas paradas

Em 2020, o SAG-DIEESE cadastrou 39 greves, que paralisaram por 1.415 horas as atividades nas empresas estatais. Os trabalhadores do setor de serviços promoveram pouco mais de três quartos das paralisações (77%) e permaneceram com os braços cruzados por praticamente dois terços (65%) das horas paradas.

TABELA 24
Greves e horas paradas nas empresas estatais, por setor
Brasil, 2020

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Indústria	8	20,5	485	34,3
Serviços	30	76,9	914	64,6
Multisetorial	1	2,6	16	1,1
TOTAL	39	100	1.415	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Duração

Nas empresas estatais, quase dois terços (64%) das greves encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas. No outro extremo, menos de um quinto (18%) das greves alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 25
Distribuição das greves nas empresas estatais
segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2020

Dias de paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	25	64,1	64,1
2 a 5	6	15,4	79,5
6 a 10	1	2,6	82,1
11 a 20	5	12,8	94,9
21 a 30	1	2,6	97,4
31 a 40	1	2,6	100,0
TOTAL	39	100	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) Dias corridos

Greves de advertência

Das paralisações registradas entre os trabalhadores das estatais, exatamente um terço (33,3%) foi declarado como greve de advertência; mais da metade (54%) foi deflagrada por tempo indeterminado.

TABELA 26
Tática das greves nas empresas estatais
Brasil, 2020

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	13	33,3
Tempo indeterminado	21	53,8
Sem informação	5	12,8
Total	39	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Caráter das greves

Das greves realizadas nas estatais, uma proporção expressiva (92%) incluía itens de caráter defensivo em suas pautas de reivindicações, todos eles relacionados à manutenção de condições vigentes (especialmente à manutenção do conjunto das cláusulas dos Acordos Coletivos de Trabalho em sua integralidade). O protesto político esteve presente em um quarto (26%) das pautas e apenas 2 greves trouxeram itens propositivos. Uma pauta simples e extremamente defensiva.

TABELA 27
Caráter das greves nas empresas estatais
Brasil, 2020

Caráter	Greves (39)	
	nº	%
Propositivas	2	5,1
Defensivas	36	92,3
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	36	92,3
<i>Descumprimento de direitos</i>	3	7,7
Protesto	10	25,6
Solidariedade	1	2,6

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

O tema mais frequente na pauta reivindicatória dos trabalhadores das estatais – presente em mais da metade das greves (56%) – faz menção à necessidade de implementação de medidas sanitárias de proteção contra o espalhamento do contágio pelo novo coronavírus.

Das 20 greves deflagradas por profissionais em unidades de distribuição dos Correios, por exemplo, 17 traziam essa reivindicação. Em todas essas greves, os ecetistas denunciavam o número excessivo de trabalhadores em atividade nas unidades da empresa e a falta de ventilação e climatização adequadas. Também reivindicavam a realização periódica de higienização, principalmente nos banheiros; de testes para detectar se o vírus está em circulação nessas unidades; o fornecimento de EPIs (máscaras, luvas, álcool em gel); e, finalmente, o afastamento de todos os trabalhadores por duas semanas caso um dos colegas fosse diagnosticado com a virose.

Protestos políticos – por investimento nos serviços públicos, contra a política econômica do governo e seus projetos privatizantes – ocupam pouco mais de um quarto da pauta (26%). Condições de trabalho e do local de trabalho – refeitórios, banheiros, áreas de repouso – ocupam um quinto da pauta (20%).

TABELA 28
Principais reivindicações das greves nas empresas estatais
Brasil, 2020

Reivindicação	Greves (39)	
	nº	%
Condições de segurança, EPIs, acompanhamento de doenças	22	56,4
Pautas políticas: contra governo, política econômica, privatizações	10	25,6
Condições e local de trabalho	8	20,5
Alimentação, assistência médica	7	17,9
Contra demissões, pela manutenção do emprego	6	15,4
Reajuste salarial	4	10,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Em 2020, das 39 greves deflagradas pelos trabalhadores das empresas estatais, 9 (23%) registraram informações relativas aos meios adotados pelas partes para a resolução dos conflitos. Em 7 casos, houve, durante a greve, abertura de processo de negociação, direta e/ou mediada; e em seis greves, houve alguma participação judicial (Tabela 29).

TABELA 29
Formas de resolução dos conflitos nas greves das empresas estatais
Brasil, 2020

Formas de resolução	Greves (9)	
	nº	%
Negociação	7	77,8
Intervenção/participação da Justiça ¹	6	66,7
<i>Decisão judicial</i>	3	33,3
<i>Acordo judicial</i>	1	11,1
<i>Sem informação</i>	4	44,4

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as nove greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Das oito greves de trabalhadores de empresas estatais com informações sobre o desfecho – que equivalem a apenas 20% do total das registradas – cinco delas obtiveram algum

êxito no atendimento às reivindicações. Exatamente o mesmo número de greves que foram encerradas mediante o prosseguimento das negociações.

TABELA 30
Resultados das greves nas empresas estatais
Brasil, 2020

Resultado	Greves (8)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	5	62,5
<i>Integral</i>	1	12,5
<i>Parcial</i>	4	50,0
Rejeição das reivindicações	0	0,0
Prosseguimento das negociações	5	62,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as oito greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

Greves na esfera privada

Greves e horas paradas

Em 2020, o SAG-DIEESE registrou 417 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada (Tabela 31), que contabilizaram cerca de 11 mil horas paradas. As greves ocorridas no setor de serviços corresponderam a 78% dessas mobilizações e também a exatamente 78% das horas paradas.

TABELA 31
Greves e horas paradas na esfera privada
Brasil, 2020

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	1	0,2	1	0,0
Indústria	89	21,3	2.399	22,0
Serviços	326	78,2	8.495	77,9
Multisetorial	1	0,2	8	0,1
TOTAL	417	100	10.903	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Duração

Cerca de 59% das greves promovidas nas empresas privadas foram encerradas no mesmo dia de sua deflagração e apenas 7% alongaram-se por mais de 10 dias (Tabela 32).

TABELA 32
Distribuição das greves na esfera privada
segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2020

Dias de paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	248	59,5	59,5
2 a 5	115	27,6	87,1
6 a 10	26	6,2	93,3
11 a 20	14	3,4	96,6
21 a 30	7	1,7	98,3
31 a 40	2	0,5	98,8
41 a 50	2	0,5	99,3
51 a 60	2	0,5	99,8
Mais de 60	1	0,2	100,0
TOTAL	417	100	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG).

Nota: (1) dias corridos

Greves de advertência

Aproximadamente três quartos (73%) das mobilizações ocorridas no setor privado foram greves por tempo indeterminado; paralisações de advertência constituíram um quarto (25%) do total desses movimentos (Tabela 33).

TABELA 33
Tática das greves na esfera privada
Brasil, 2020

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	106	25,4
Tempo indeterminado	305	73,1
Sem informação	6	1,4
Total	417	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Abrangência

Na esfera privada, 89% das greves foram organizadas no âmbito de empresas. Greves que abrangeram categoria corresponderam a 11% das mobilizações (Tabela 34).

TABELA 34
Abrangência das greves na esfera privada
Brasil, 2020

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	47	11,3
Empresa/unidade	370	88,7
Total	417	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Caráter das greves

Na pauta reivindicatória de 93% das greves deflagradas na esfera privada estiveram presentes itens de caráter defensivo (Tabela 35), com predominância de pleitos relativos a descumprimento de direitos. Apenas 13% das greves continham itens de caráter propositivo – o que indica uma pauta pouco complexa e extremamente defensiva.

TABELA 35
Caráter das greves na esfera privada
Brasil, 2020

Caráter	Greves (417)	
	nº	%
Propositivas	53	12,7
Defensivas	389	93,3
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	169	40,5
<i>Descumprimento de direitos</i>	296	71,0
Protesto	11	2,6
Solidariedade	1	0,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência de pagamento de atrasados (salários, férias, 13º e vale salarial) compôs a pauta da maioria (58%) das greves deflagradas pelos trabalhadores da esfera privada. Itens

relativos à alimentação e assistência médica foram incluídos em 29% dessas greves. A reivindicação pela manutenção dos empregos e contra a realização de demissões ocupou o terceiro lugar de importância nessas paralisações (12%).

TABELA 36
Principais reivindicações das greves na esfera privada
Brasil, 2020

Reivindicação	Greves (417)	
	nº	%
Atraso de salário, de férias, do 13º ou do vale salarial	241	57,8
Alimentação, assistência médica	122	29,3
Contra demissões, pela manutenção do emprego	51	12,2
Condições de segurança, EPIs	48	11,5
Reajuste salarial	46	11,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas reivindicações

Formas de resolução dos conflitos

Entre as greves realizadas pelos trabalhadores das empresas privadas, foram registradas 184 (44% do total de 417) com informações sobre os meios adotados pelas partes para a resolução dos conflitos. Dessas, a grande maioria (92%) solucionou as divergências por meio de negociação direta e/ou mediada; e em 26% houve participação da Justiça no processo.

TABELA 37
Formas de resolução dos conflitos nas greves da esfera privada
Brasil, 2020

Formas de resolução	Greves (184)	
	nº	%
Negociação	170	92,4
Intervenção/participação da Justiça ¹	48	26,1
<i>Decisão judicial</i>	34	18,5
<i>Acordo judicial</i>	11	6,0
<i>Sem informação</i>	18	9,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG).

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 184 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Foram obtidas informações a respeito do desfecho de 157 greves da esfera privada (38% do total). Grande parte dessas mobilizações (79%) obteve algum êxito no atendimento às reivindicações (Tabela 38).

TABELA 38
Resultados das greves nas empresas privadas
Brasil, 2020

Resultado	Greves (157)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	124	79,0
<i>Integral</i>	51	32,5
<i>Parcial</i>	73	46,5
Rejeição das reivindicações	6	3,8
Prosseguimento das negociações	32	20,4

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 157 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

Análises setoriais das greves na esfera privada

Indústria privada

Das 89 greves apuradas na indústria privada, 65 (73%) ocorreram na região Sudeste. No Nordeste (e também no Sul), foram deflagradas 9 paralisações (10%); na Região Centro-Oeste, quatro (4%), e na Região Norte, duas (2%).

A maioria dos movimentos (51, ou 57%) foi realizada por metalúrgicos. Os trabalhadores da construção promoveram 15 greves (17%).

Em 80% das paralisações da indústria, constava na pauta reivindicatória ao menos um item defensivo e 53% reivindicavam a manutenção das condições vigentes (Tabela 39). Apenas um terço (33%) trazia reivindicações de caráter propositivo: uma pauta pouco complexa e defensiva.

TABELA 39
Caráter das greves na indústria privada
Brasil, 2020

Caráter	Greves (89)	
	nº	%
Propositivas	29	32,6
Defensivas	71	79,8
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	47	52,8
<i>Descumprimento de direitos</i>	35	39,3
Protesto	1	1,1
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

A exigência da regularização de pagamentos em atraso (25%), ao lado da demanda por reajuste dos salários (24%) – e a despeito do contraste que formam entre si – ocuparam um quarto da pauta das greves da indústria privada. Pleitos relativos à PLR (cumprimento do acordo, pagamento do adicional) estiveram presentes em 22% das pautas reivindicatórias; medidas sanitárias de proteção contra a contaminação pelo novo coronavírus, em 21% (Tabela 40).

TABELA 40
Principais reivindicações das greves na indústria privada
Brasil, 2020

Reivindicação	Greves (89)	
	nº	%
Atraso de salário, de férias, do 13º ou do vale salarial	22	24,7
Reajuste salarial	21	23,6
PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados	20	22,5
Condições de segurança, EPI's, acompanhamento de doenças	19	21,3
Alimentação, transporte, assistência médica	18	20,2
Manutenção do nível de emprego, contra demissões	15	16,9
Relativas à jornada de trabalho (MP 936)	11	12,4

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Serviços privados

Do total das 326 greves contabilizadas nos serviços privados, em 2020, grande parte (154, ou 47%) ocorreu na região Sudeste. No Nordeste, foram realizadas 82 paralisações (25%). No Sul, 48 (15%); no Centro-Oeste, 24 (7%); e no Norte, 16 (5%). Uma greve teve abrangência nacional.

Trabalhadores dos transportes deflagraram 196 greves (60%) e os do turismo e hospitalidade – que envolve, em grande parte, atividades de asseio e conservação – realizaram 53 paralisações (16%). Na saúde, ocorreram 22 greves (7%).

Itens de caráter propositivo integraram a pauta de reivindicações de apenas 7% dessas paralisações; itens defensivos, em contrapartida, estiveram presentes em 97%. Em destaque, estão as greves contra o descumprimento de direitos (79%) (Tabela 41). São pautas ao mesmo tempo muito simples e extremamente defensivas.

TABELA 41
Caráter das greves nos serviços privados
Brasil, 2020

Caráter	Greves (326)	
	nº	%
Propositivas	23	7,1
Defensivas	316	96,9
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	121	37,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	259	79,4
Protesto	10	3,1
Solidariedade	1	0,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Dois terços das greves dos serviços privados (67%) exigia o pagamento de atrasados (salários, férias, 13º ou vale salarial). Itens relacionados à alimentação e assistência médica ocuparam o segundo lugar de importância, presentes em quase um terço das pautas (31%); seguidos pela demanda pela manutenção do emprego e contra a realização de demissões (11%).

TABELA 42
Principais reivindicações das greves nos serviços privados
Brasil, 2020

Reivindicação	Greves (326)	
	nº	%
Atraso de salário, de férias, do 13º ou do vale salarial	219	67,2
Alimentação, assistência médica	102	31,3
Contra demissões, pela manutenção do emprego	36	11,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

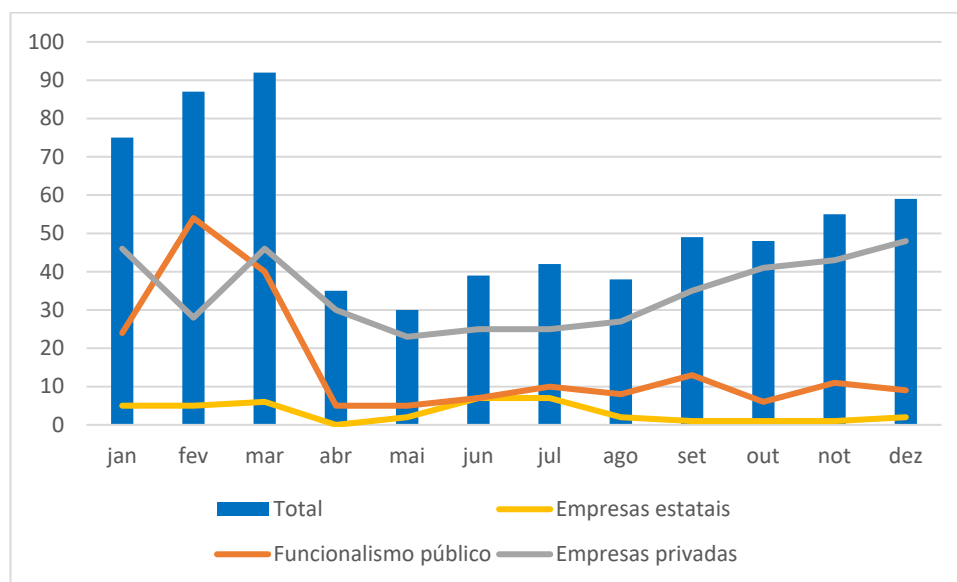
Considerações finais

O ano de 2020 encerra-se registrando 649 greves. Pouco mais de dois terços (64%) organizadas por *trabalhadores da esfera privada*; pouco menos de um terço (30%) por *trabalhadores da esfera pública* (funcionalismo público e empresas estatais). O total anual representa uma queda de 42% em relação às 1.118 greves deflagradas em 2019.

Em 2019, a proporção das mobilizações paretistas dividia-se com pouca diferença entre trabalhadores da esfera pública (51%) e da esfera privada (49%). De um ano a outro, no entanto, a queda no número de greves na esfera pública (-59%) foi de mais que o dobro daquela da esfera privada (-24%).

O trimestre que vai de fevereiro a abril de 2020 (Gráfico 1) – e que coincide com o surgimento da pandemia provocada pelo novo coronavírus – praticamente delimita uma situação anterior, (que vem desde 2016), onde há pouca diferença entre a participação das esferas pública e privada no total anual de greves (ver Gráfico 3), de uma nova situação em que o número de greves da esfera pública diminui muito em relação aos da esfera privada.

Gráfico 1
Greves por mês
Brasil, 2020



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

O efeito maior do início dos alertas contra a contaminação pelo vírus, em março, sem dúvida foi *no sentido de interromper greves importantes em andamento*, em especial na Educação.

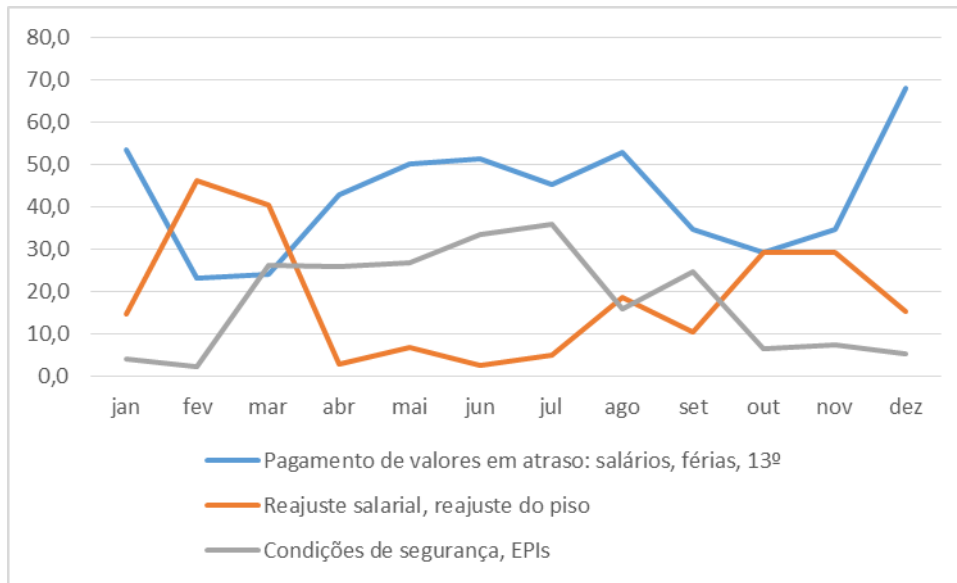
De janeiro a fevereiro, o número de greves do funcionalismo público havia dobrado (de 29 a 59), devido principalmente à reivindicação pela aplicação do reajuste de 12,84% no Piso Nacional do Magistério e ao fato de que, em ano de eleições municipais, por lei, mobilizações do funcionalismo precisam se concentrar nos primeiros meses do ano (prefeituras estão proibidas de negociar benefícios e aumentos salariais reais nos 180 dias que antecedem o pleito).

Entre os profissionais da Educação, a suspensão das aulas pelos governos estaduais e municipais, tomada como medida de prevenção, *retirou das greves sua capacidade elementar de exercer pressão através da interrupção do trabalho*. Somavam-se a isso as dificuldades inéditas de realização de assembleias deliberativas em meio a exigências de confinamento doméstico e distanciamento social (dificuldades que, mais tarde, seriam contornadas através do uso de recursos técnicos de comunicação).

Paralelamente, a partir de abril – e até o fim do ano – *os trabalhadores do transporte coletivo urbano* tornaram-se, indiscutivelmente, a grande categoria grevista (quase a única, na verdade); em ação contra os atrasos de salários, demissões e redução de remuneração; e por medidas de segurança sanitária, como fornecimento de álcool em gel, luvas e máscaras. Por outro lado, com a redução do número de ônibus em circulação, em quase todas as grandes cidades brasileiras, as empresas alegaram dificuldades na obtenção da receita que permitiria a regularização dos pagamentos.

O que foi dito a respeito das greves da esfera pública - de algum modo sintetizadas nas paralisações dos profissionais da Educação - e daquelas da esfera privada - também resumidas nos protestos dos rodoviários dos coletivos urbanos -, pode ser relacionado ainda, *grosso modo*, com as informações a respeito da *pauta reivindicatória dos grevistas* (Gráfico 2).

Gráfico 2 Reivindicações das greves Brasil, 2020



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

O alto patamar na demanda por reajuste de salários e pisos no primeiro trimestre, de janeiro a março, está, sem dúvida, atrelado com força à mobilização do funcionalismo público – especialmente nas pastas de Educação de municípios e estados, ainda que outras categorias (inclusive da esfera privada) não estejam ausentes desse processo.

A declaração do estado de pandemia provocada pelo novo coronavírus pela Organização Mundial de Saúde, em março, marcou o início de um período totalmente adverso para a ação sindical. A partir daquele mês, passou a ocorrer uma série de restrições, que reduziram drasticamente as atividades econômicas e sociais. Houve restrições nas atividades de comércio e serviços ditas não essenciais e mesmo nas essenciais; indústrias suspenderam ou diminuíram o ritmo de sua atividade de acordo com os parâmetros estabelecidos na Medida Provisória 936; escolas, universidades e outras instituições de ensino suspenderam momentaneamente suas atividades para retomá-las, posteriormente, de modo remoto. Mesmo assim, o número de casos de contaminação e mortes cresceu velozmente a partir do mês de maio, juntamente com os apelos ao confinamento rígido. Nesse cenário, o acentuado declínio dos movimentos de trabalhadores torna-se compreensível. *Existem, em condições como essas, pouquíssimas chances no horizonte de que uma campanha sindical seja bem-sucedida.*

A partir de setembro, mas principalmente em outubro, generaliza-se a percepção de que o pior da pandemia – as mil mortes diárias ocorridas entre maio e agosto – está se encer-

rando. O que, inclusive, coincide com datas-bases importantes na indústria – que nesse momento também avançava na recuperação da produção. Na esfera privada, as greves com pauta econômica propositiva, visando ao pagamento de reajustes e PLR, *começaram a reaparecer*.

O fato de que greves por reajuste salarial tenham quase desaparecido em um momento, de abril a julho, não significa, no entanto, que todo tipo de protesto tenha desaparecido, como já vimos no Gráfico 1. Os meses de maio a agosto – o “platô” da pandemia, como começou a ser popularmente referido – foi ocupado por *greves pelo pagamento de vencimentos em atraso*. Os rodoviários que, como mencionado, viviam uma situação particular – serviço essencial, mas que passava a sofrer uma enorme queda de receitas – quase que monopolizaram esse tipo de protesto, ainda que haja o registro de greves entre trabalhadores do asseio e mesmo da saúde, nas Organizações Sociais.

Em forte correlação com as greves pela regularização dos vencimentos, *há o surgimento de um tipo de mobilização diretamente ligada à pandemia provocada pelo novo coronavírus*. Trabalhadores dos Correios realizaram paralisações em Centros de Distribuição Domiciliar considerados insalubres. Exigiam a desinfecção diária do ambiente, a realização de testes, em caso de suspeita de circulação do vírus no local, e o remanejamento espacial dos postos de trabalho a fim de se evitarem aglomerações. Metalúrgicos cruzaram os braços quase sempre reivindicando licença remunerada para colegas com condições de saúde que os tornavam mais suscetíveis às formas letais da virose. Os trabalhadores do transporte coletivo urbano deixaram de circular, exigindo o fornecimento adequado de máscaras, álcool em gel e desinfecção dos veículos.

Surge também um outro tipo de protesto, chamado de “greve sanitária”. A greve, no sentido elementar de *interrupção do trabalho* não chega a ocorrer, mas trabalhadores em regime de *home office* se recusam a retomar as atividades presenciais enquanto a segurança sanitária não for garantida no local de trabalho. Em vários estados e municípios, professores refutam o retorno às salas de aula até que as condições de segurança de toda a comunidade escolar estejam de acordo com as normas sanitárias – e permanecem trabalhando de forma remota.

A partir de outubro, as pautas ligadas à pandemia praticamente desapareceram. A explicação pode estar entre duas possibilidades contraditórias entre si: ou, de um lado, as reivindicações pela implementação de medidas de segurança foram atendidas, generalizadas e naturalizadas em seu uso cotidiano; ou, de outro lado, a percepção de que “o pior já passou” é que presidiu esse recuo.

Em um contexto no qual as necessárias interdições sanitárias de caráter preventivo acabaram, como esperado, por diminuir expressivamente o ritmo da atividade econômica (embora não igualmente entre os diversos tipos de atividades) e, assim, também as possibilidades de protesto dos trabalhadores, é necessário não deixar de mencionar que essa redução vem ocorrer precisamente em meio a um já acentuado movimento de declínio na deflagração de greves e paralisações (Gráfico 3).

Embora esse tipo de ação (a greve) esteja longe de relacionar-se de forma simples e causal com uma ou outra variável econômica ou política, é possível apontar (como já tem sido feito em balanços de greves de anos anteriores), sem muita dificuldade, fatores que, em seu conjunto, atuam de forma a desestimular a mobilização grevista: *a permanência das taxas de desemprego em altos patamares e o avanço do trabalho informal; as expectativas pouco confiáveis antes do surgimento de um futuro melhor – reforçadas por uma difusa sensação de instabilidade derivada das recentes reconfigurações políticas do país; e, por fim, a asfixia do financiamento das entidades sindicais após a reforma trabalhista do final de 2017.*

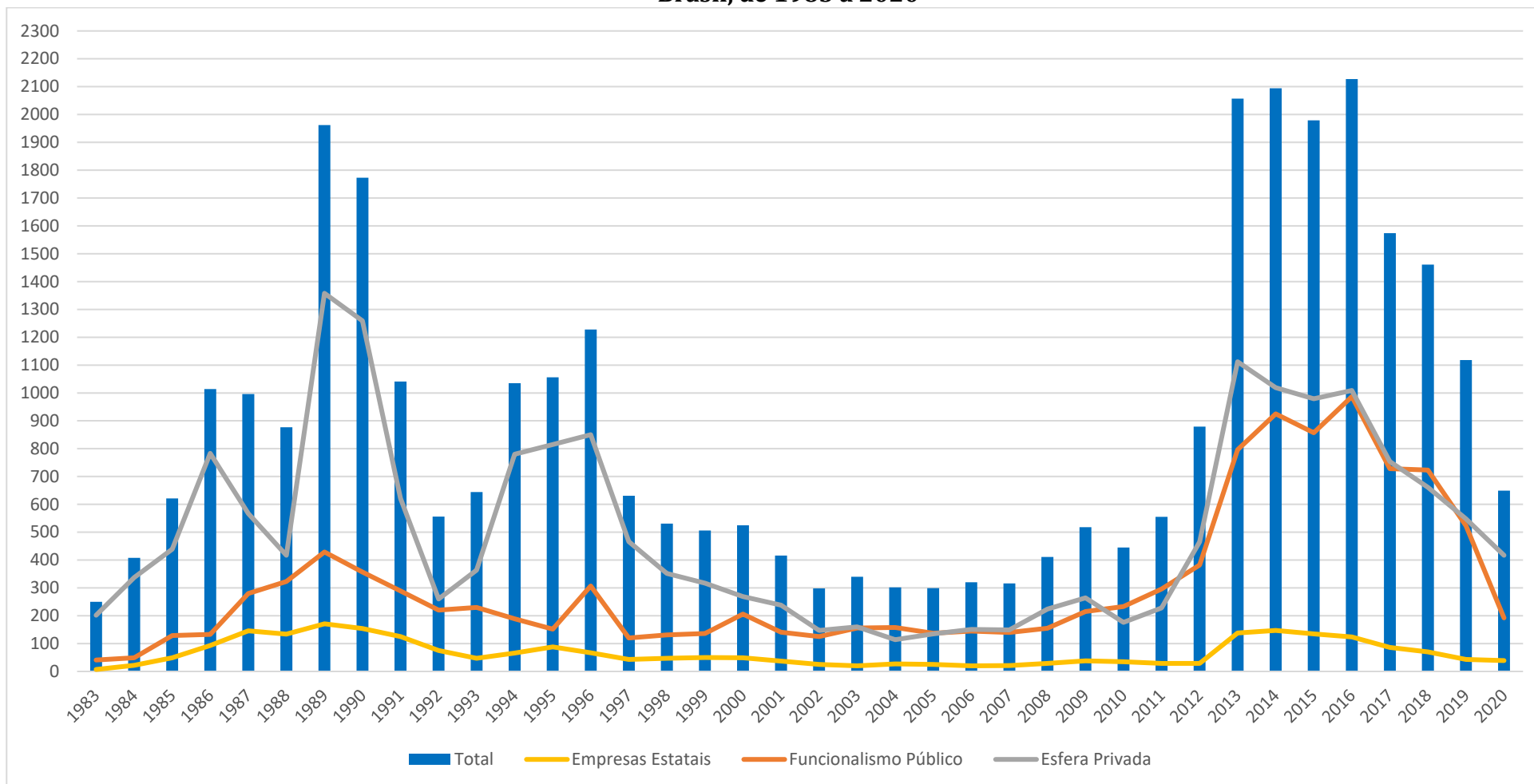
Ainda assim, o ano de 2020 foi marcado pela greve de 20 dias dos *trabalhadores da Petrobras*. Deflagrada em primeiro de fevereiro, contra o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen), foi o segundo maior movimento de protesto realizado na empresa - atrás apenas da conhecida greve de 1995, que durou 31 dias.

O ano de 2020 também testemunhou, no dia primeiro de julho, o “breque dos Apps”, movimento nacional de paralisação dos *trabalhadores dos serviços de entrega por aplicativos*, com reivindicações como o reajuste nos valores pagos por serviço, o apoio das empresas em casos de acidentes e o fornecimento EPIs.

Em 21 de julho, foram os *trabalhadores da Renault*, em São José dos Pinhais, no Paraná, que paralisaram suas atividades em repúdio ao anúncio de 747 demissões feito pela empresa. Depois de 22 dias de greve, as demissões foram canceladas.

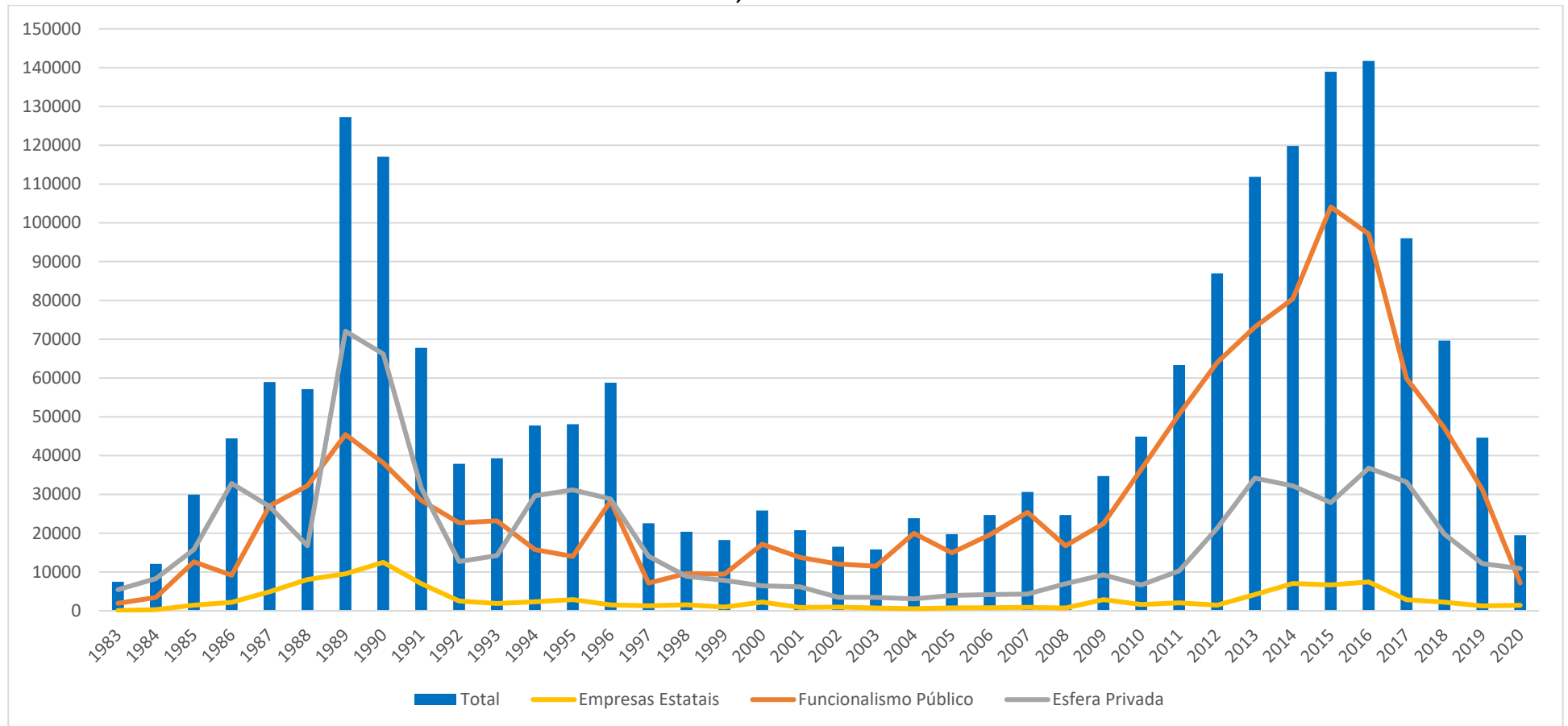
Por fim, contra a intransigência da direção da empresa e o alinhamento da Justiça aos programas governamentais de privatização, *trabalhadores dos Correios* paralisaram suas atividades em 18 de setembro denunciando o plano de esvaziamento de seu Acordo Coletivo de Trabalho. Foram 35 dias de paralisação.

Gráfico 3
Número de greves
Brasil, de 1983 a 2020



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Gráfico 4
Número de horas paradas
Brasil, de 1983 a 2020



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)



Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica

Rodrigo Linhares

Carlindo Rodrigues de Oliveira (revisão)